

AS BASES SOCIAIS DO PROJETO ESCOLA ZÉ PEÃO - A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, SUA FORÇA DE TRABALHO E A LUTA SINDICAL.

Timothy D. Ireland

Quando, em 1990, a direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de João Pessoa convidou um grupo de professores do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba para elaborar um projeto de alfabetização para operários da indústria da construção, a sua decisão de investir no campo da educação marcou mais um capítulo na história de uma luta sindical iniciada na segunda metade da década de 70. Entendemos que para melhor compreender esta história e a experiência que dela surgiu, seja primeiramente necessário investigar, mesmo que sucintamente, o contexto geral da indústria da construção civil, seu contexto específico na cidade de João Pessoa, a composição e características da força de trabalho empregada nessa indústria e as principais dificuldades enfrentadas em torno da questão da construção de um sentido de identidade coletiva entre os operários da construção civil.

Num segundo momento, propomos a analisar o desenvolvimento histórico do Movimento de Reconstrução Sindical ou Grupo Zé Pião e seu papel no processo de democratização do sindicato. Neste processo, destacamos a posição central que a questão de identidade desempenhou na luta pela conquista do controle do sindicato, e, dentro desta luta, a questão da sua base de representatividade.

Embora reconheçamos que a construção da identidade operária se dá na totalidade de sua vida, isto é, na família, na escola, na igreja, no partido, nas associações e grupos comunitários, nos clubes recreativos, etc., consideramos que "(...) ela tem seu centro no lugar que ele (*o operário*) ocupa no sistema produtivo - se materializa fundamentalmente a partir das relações sociais que se dão no local de trabalho." (MINAYO, 1987)

1. A indústria da construção civil em João Pessoa e sua força de trabalho:

É somente na década de 1970 - 80 que a população urbana (52,31%) do Estado da Paraíba ultrapassa a rural (47,69%). Apesar do número de empregos no setor agrícola e setores afins ter diminuído de 73,3% em 1960 para 48,9% em 1980, os principais produtos do estado continuam sendo cana de açúcar, algodão, sisal, abacaxi e cultivo de gado - sem contar com a exportação de mão-de-obra para o pólo industrializado do país.

O êxodo rural - explicado em grande parte pelo crescente processo de mecanização da agricultura resultando numa concentração concomitante da terra e a expulsão do camponês e pequeno produtor do campo, além das secas periódicas que têm assolado a região - constitui um dos grandes fatores que contribui para explicar o crescimento da cidade de João Pessoa nos últimos 50 anos. Em 1940, a cidade comportava uma população de 94.333 que expandira para 329.942 em 1980. Hoje se calcula a população pessoense em aproximadamente 450.000. Esta expansão evidentemente tem contribuído para o crescimento da indústria da construção civil, e tem se dado através de três processos principais. Primeiro, a cidade tem crescido em direção ao mar, estimulando o loteamento da orla marítima, traduzido hoje por uma forte especulação nos setores praianos bem como num crescente processo de verticalização. Em segundo lugar, houve (e ainda há) um

processo intenso de construção de conjuntos habitacionais. Segundo Morice (1989), a participação dos conjuntos no parque habitacional pessoense chega a uma proporção raramente verificada nas capitais maiores: "com mais de 30.000 unidades (...) calcula-se grosseiramente que (em 1986) um terço dos pessoenses moram em (*casas de*) conjunto". E em terceiro lugar, um fator que freqüentemente tem sido deixado de lado, houve uma propagação dramática das favelas na cidade, especialmente na década de 1980 - de aproximadamente 30 em 1983 para mais de 100 no final de 1988. As favelas têm se constituído em "focos de competência" para a construção civil.

A importância deste processo de crescimento da cidade de João Pessoa para a indústria da construção civil em si, e para esta indústria em relação à economia da capital, aumentou na medida em que as tentativas de estimular o processo de desenvolvimento industrial, comandadas pela SUDENE, não se mostraram muito efetivas. O processo de industrialização instalado na cidade, com as suas características de complementaridade e dependência em relação ao centro-sul, tem se revelado incapaz de absorver o excesso de mão-de-obra criado por mudanças nas relações de produção na agricultura (IRELAND, 1988:171). O setor de atividades industriais em João Pessoa emprega 15% da PEA (1980) enquanto o setor terciário emprega 33,5%. A economia da capital apresenta-se, antes de qualquer consideração, como uma economia subsidiada em que as três atividades de maior peso econômico são o funcionalismo público, o comércio e a indústria da construção civil.

Antes de adentrarmos nas especificidades da construção civil em João Pessoa, é importante colocar, mesmo de forma superficial, algumas considerações sobre a natureza da indústria em geral e as implicações disto para a questão da identidade operária. Em primeiro lugar, a indústria da construção civil é um dos poucos espaços em que os mundos rural e urbano se sobrepõem. A indústria se caracteriza, na expressão de Minayo (1987), como uma encruzilhada entre o campo e a cidade. Freqüentemente citada como "porta de entrada" ao mercado de trabalho urbano para o trabalhador migrante, na realidade a construção civil se constitui como uma porta de mão dupla por onde o trabalhador entra e sai tanto para outras ocupações urbanas como para voltar ao seu trabalho original no campo. Neste sentido, cria uma identidade ambígua onde o rural e o urbano, o temporário e o permanente, o sem qualificação e o profissional se misturam.

Uma segunda característica de profunda relevância para um entendimento da indústria e de sua força de trabalho, é a coexistência, no mesmo espaço e temporalidade, de processos industriais e artesanais de produção. Apesar de uma forte tendência de modernização tecnológica, especialmente nas duas primeiras etapas de construção (fundação e estrutura), o espaço do artesão ainda existe, especialmente, por exemplo, no setor de edificação, na fase de acabamento. Esta dualidade de formas de dominação do trabalhador no processo de trabalho pode ser explicada teoricamente pelos conceitos "subsunção real e subsunção formal" - a forma artesanal do trabalho coexiste dentro da forma industrial de produção, mas é dominada pela lógica capitalista que visa à valorização do capital e a sua acumulação. A coexistência de tais formas de produção, dentro do mesmo canteiro de obra, resulta na existência de dois tipos de trabalhador - o artesão e o trabalhador industrial ou operário. Esta dualidade tem conseqüências negativas para a formação de uma categoria profissional.

A mesma dualidade também se expressa de uma forma ainda mais complexa na organização do trabalho dentro do canteiro de obra. Existe uma nítida divisão entre o profissional e o servente ou ajudante - entre artesão e o operário. Ademais, a mesma organização cria rivalidade e concorrência tanto entre profissionais - pedreiro, eletricitista,



encanador, carpinteiro, etc. - como dentro do mesmo grupo profissional - pedreiro que levanta paredes contra pedreiro que assenta piso contra pedreiro de reboco, etc. Este complexo jogo de relações criado pela divisão do trabalho se completa com o ambíguo papel desempenhado pelo encarregado, pelo apontador e, principalmente pelo mestre-de-obra. Este último é trabalhador mas, ao mesmo tempo, representa o patrão na obra. Ele detém o poder de admitir e dispensar, de classificar e de negar a classificação ao trabalhador. Pode ser pai ou ditador, respeitado ou odiado, justo ou arbitrário.

Porém, a principal divisão na organização do trabalho na construção civil permanece aquela entre o profissional e o servente, acima de tudo porque, numericamente, representam a grande maioria dos trabalhadores na construção civil. É refletida na maneira em que o trabalhador se vê e é visto pela sociedade. No caso do servente ou ajudante, existe uma identidade pela negação. O servente é menosprezado socialmente por representar tudo que é atrasado: na sua grande maioria, é de origem rural, recebe um salário baixíssimo e é superexplorado, não tem qualificação e é analfabeto. O servente não se sente como membro de uma categoria profissional e frequentemente esconde sua atividade econômica. O profissional, pelo contrário, ainda é visto como detentor de um saber especializado. Ele se sente explorado, mas ainda se orgulha de sua arte. Claramente o que começa a transparecer é que existe uma pluralidade de identidade na construção civil, simbolicamente representada, diga-se de passagem, em algumas firmas pela cor do capacete.

Por último, é impossível escrever sobre a indústria da construção civil sem fazer menção às formas utilizadas na superexploração do operário. Para "compensar" a baixa produtividade da indústria - 1/5 em relação à produtividade industrial global - lança-se mão de vários mecanismos. O mais comum é o prolongamento do horário de trabalho, através de horas-extras, e o trabalho por produção. Também existe a prática generalizada do emprego clandestino e do uso dos "gatos" como outras formas de baratear a mão-de-obra.

Da mesma maneira em que os mundos rural e urbano se sobrepõem na realidade da construção civil, os setores formal e informal da economia também se sobrepõem. O setor informal existe dentro formal - trabalhadores clandestinos labutam lado a lado com operários registrados dentro da mesma firma - e o setor formal aproveita do setor informal. Finalmente, aponta-se a contribuição do altíssimo índice de rotatividade a exploração do operário. Embora este seja um fenômeno muito mais complexo que geralmente reconhecido (veja MORICE, 1989, por uma análise mais profunda da questão) em que se configuram vários elementos - as mudanças nas relações de trabalho no campo, a estrutura da indústria e a duração limitada de cada obra, o excesso de mão-de-obra, as demissões e desligamentos, as formas de contrato e a procura de melhores salários e condições de trabalho por parte do operário - e que toma várias formas - entre a construção civil e a agricultura, entre emprego numa firma e desemprego urbano ou biscate, entre uma empresa e outra(s), etc. - as conseqüências negativas da rotatividade se tornam evidentes. Rotatividade cria instabilidade que se caracteriza como um mecanismo de sujeitar o trabalhador aos mandos e desmandos do empregador. Igualmente, rotatividade contribui para a composição complexa e fluida desta categoria de trabalhador, dificultando a construção de uma identidade permanente numa indústria cuja característica mais notável parece ser a impermanência e a temporariedade.

A indústria da construção em João Pessoa tende ainda ao agravamento dos problemas acima delineados, dada a sua importância para a economia local e como fonte de emprego. Em termos gerais, a construção civil pode ser vista como um dos termômetros da saúde financeira de sucessivos governos. Ela sofre de uma dependência das políticas e

dos recursos governamentais ou oficiais. Esta dependência se torna aguda em João Pessoa e faz a indústria - e sobretudo o operário - muito vulnerável aos movimentos de sanfona de investimento governamental. Morice (1989:2) aponta dois fenômenos neste movimento irregular da indústria local: "a aceleração da programação (e, por um efeito de encadeamento, da criação de novos projetos) em cada último ano dos mandatos dos governadores e prefeitos por um lado e, por outro, a freqüente interrupção das obras iniciadas anteriormente aos mesmos". Esta irregularidade tende a exacerbar, em João Pessoa, o alto índice de rotatividade tido como inerente à indústria como um todo, que, diga-se de passagem, revela a dimensão política do fenômeno. No período de janeiro/85 a abril/86, a média mensal de rotatividade para a construção civil era de 8,8% comparada com uma média total mensal para outros oito setores de atividade econômica de 1,79% (IRELAND, 1988:198). Na atual conjuntura recessiva já foram demitidos mais de 2.500 operários. Os empresários do ramo justificam as demissões culpando a não-liberação de verbas federais - do governo federal e dos bancos oficiais. O governo federal se nega a dar continuidade aos seus investimentos até chegar a um acordo com o governo estadual sobre a rolagem de sua dívida.

Em comparação com a indústria em outras regiões do país, a construção civil pessoense se estruturou tarde, mas rapidamente, a partir de "uma injeção vultosa de verbas públicas, atrasando a mobilização de recursos próprios" (Morice, 1988:3). Porém, a partir de 1986, a indústria indígena começou a sofrer a concorrência de um número cada vez maior de firmas de fora. Acirraram-se as tensões dentro da indústria com acusações de manipulação política, editais decorrência com jogos de cartas marcadas, licitações de pacotes de obras previamente loteados, etc. Tais denúncias claramente tinham os seus fundamentos, mas também revelavam um certo "ciúme" sentido pelos empresários locais das firmas de fora. Em entrevista em 1986, o Presidente em exercício do Sindicato Patronal chegou a admitir o atraso tecnológico e gerencial da indústria da construção local em comparação com a de outras regiões (IRELAND, 1988:181). Para compensar, a tendência é dos empresários sempre tentar reduzir o custo da mão-de-obra, diretamente através do pagamento de baixos salários, indiretamente, através de mecanismos anteriormente notados. Deve-se acrescentar que "economias" em relação à segurança no trabalho e às condições de trabalho são freqüentes e abusivas. Como resultado, os custos com mão-de-obra raramente ultrapassam 20% do valor do serviço em João Pessoa.

Tais dados sobre a construção civil na capital paraibana nos permitem inferir que se a própria estrutura genética da indústria cria impedimentos para a construção de uma identidade operária coletiva, este processo será ainda mais complexo no caso pessoense. Resta-nos destacar as principais características da força de trabalho em João Pessoa.

Em primeiro lugar, o número de trabalhadores empregados na indústria constitui um dado pertinente. Apesar de todas as dificuldades de se calcular com precisão um total exato, principalmente por razão do alto nível de emprego clandestino e das constantes flutuações no nível de atividade, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil estima a existência de aproximadamente 20.000 operários, incluído neste número, também, os trabalhadores autônomos e os biscateiros. Isto significa que os trabalhadores da construção civil formam a maior categoria do setor urbano de produção no estado da Paraíba em termos econômicos e potencialmente em termos políticos.

Na sua grande maioria, a força de trabalho na construção pessoense é de origem rural. Uma parte desses trabalhadores já estabeleceu sua moradia na capital, enquanto outra parte é composta de mão-de-obra sazonal: trabalhadores à procura de emprego nos períodos

de baixa atividade na agricultura. De acordo com estudos recente sobre o setor em João pessoa (IRELAND, 1988; MORICE, 1989), os imigrantes temporários ou sazonais do interior freqüentemente chegam a 60% ou mais da força de trabalho em qualquer obra. As mesmas fontes indicam que na maioria das obras estabeleceu-se uma relação de um quarto de profissionais para três quartos de serventes. A grande maioria dos trabalhadores temporários é composta de serventes entre os quais existem baixos níveis de escolarização formal e pouca experiência organizativa ou sindical. Dada a sua ligação temporária com a indústria e a cidade, são eles os ocupantes dos alojamentos nos canteiros de obra não por opção mas por força da inviabilidade econômica de outras alternativas. Ao mesmo tempo, é uma categoria predominantemente jovem. Uma pesquisa encomendada pelo sindicato profissional em 1988 revelou, entre outros resultados, que quase 60% da categoria se situa na faixa de 20 a 30 anos (LAT/DEP, 1988).

Se, por um lado, a composição e características da força de trabalho pessoense criam sérios obstáculos para o processo de organização e unificação da categoria - processo esse que depende de uma identidade comum - por outro, até o final de 1986 o próprio órgão dos trabalhadores era notável por sua inatividade em defesa dos direitos da categoria. Caracterizado como colaboracionista e conciliador, o Sindicato pouco fazia para instigar qualquer processo de organização e aglutinação. A sua fraqueza e falta de atividade construía para reforçar a identidade largamente negativa que a categoria tinha de si.

2. A luta do sindicato dos trabalhadores:

A luta para mudar a postura e a direção do Sindicato dos Trabalhadores remonta à década de 1970 e faz parte de uma luta maior pela re-democratização da sociedade. Para facilitar a discussão desta luta, toma-se a história do desenvolvimento do grupo, que num momento posterior se autodenominou o Movimento de Reconstrução Sindical ou Grupo Zé Pião, em três períodos. O primeiro período cobre os anos de 1976-81, formando a "pré-história" do grupo. O segundo período começa em 1982 com a decisão do grupo de assumir a sua identidade de oposição sindical e termina com sua consagração nas urnas como direção do sindicato em 1986. O terceiro e último período se constitui num capítulo em aberto cobrindo o primeiro mandato na direção do sindicato (1986 - 89), a sua reeleição em 1989 e a continuação de sua luta até o atual momento, na qual o Projeto Zé Pião está profundamente arraigado.

Nosso objetivo em reconstruir o desenvolvimento histórico do grupo não é o de fazer um registro detalhado dos momentos mais importantes deste movimento, mas de traçar a crescente preocupação do grupo Zé Pião com a criação de uma verdadeira categoria profissional através da construção de uma identidade operária coletiva.

(i) Pré-história do grupo: 1976 - 81

Embora reconhecendo a influência de eventos e processos nos cenários nacional e internacional - o renascer do movimento sindical no ABC paulista, a fundação do PT e a organização do primeiro CONCLAT, o surgimento do movimento sindical Solidariedade na Polônia, a luta pela anistia, etc. - aqui propomos a nos restringir ao cenário local principalmente por causa dos limites deste artigo.

O núcleo do grupo que mais tarde se tornaria o Movimento de Reconstrução Sindical - ou Grupo Zé Pião - teve suas raízes numa CEB num bairro popular, Mandacaru,

na cidade de João Pessoa. O grupo original foi composto de trabalhadores de vários ramos de atividade econômica - lavadeiras, operadores de máquina, operários da indústria têxtil, donas de casa, trabalhadores da construção civil - embora os últimos (os trabalhadores da construção) predomassem numericamente. Alguns membros do grupo também pertenciam à recém-fundada Comissão Pastoral Operária (CPO) que estava se estruturando em João Pessoa. A própria composição do grupo e seu lugar de nascimento lhe emprestou uma certa identidade operária que foi se reforçando na medida em que o grupo discutia os seus problemas e particularmente os ligados ao trabalho.

Esta incipiente identidade operária se misturava ao mesmo tempo com uma identidade comunitário-religiosa, a partir da ação pastoral que inicialmente juntava as pessoas. Esta dualidade marcou os dez primeiros anos do grupo e se expressava em estratégias às vezes conflitantes.

Neste primeiro momento, embora incentivando os seus membros a procurar os seus respectivos sindicatos o grupo permanecia essencialmente um grupo de discussão. O seu primeiro envolvimento mais direto no movimento sindical foi através da preparação de uma campanha salarial na indústria da construção civil organizada por uma coordenação de trabalhadores da construção dos grupos de Pastoral Operária. Dois elementos desta campanha são importantes para o entendimento do grupo Zé Pião. Primeiro, a campanha foi organizada por fora do sindicato da categoria e contra a vontade da direção daquele órgão. Em segundo lugar, a mobilização se estruturou a partir dos grupos localizados nos bairros populares, e não a partir do local de trabalho. A assembleia no auditório do Sindicato, em que a campanha culminou, foi marcada pelo autoritarismo do então Presidente, que convocou a polícia para "controlar" os associados presentes. Vários trabalhadores, entre eles membros do grupo de Mandacaru, sofreram perseguições depois por ter expressado opiniões divergentes à do representante 'máximo' da categoria.

A retomada das atividades do grupo de Mandacaru foi marcada pela decisão dos trabalhadores da construção, ainda membros do grupo, de romperem com aquela estrutura de grupo misto, de trabalhadores de diferentes categorias.

A partir desse momento, o grupo da construção civil começou a se reunir separadamente e de abrir as suas reuniões a trabalhadores da construção de outros bairros da cidade. Esta abertura resultou numa certa secularização do grupo, com a adesão de operários sem fortes ligações com a igreja ou suas organizações. Assim, a identidade operária do núcleo foi se fortalecendo.

Duas outras decisões marcaram esta primeira fase. A primeira foi o reconhecimento de que a luta do operário da construção civil por melhores salários e condições de trabalho, tinha que ser encaminhada pela atual instância organizativa oficial da categoria - o sindicato. Não havia sentido, nem espaço, para a criação de organizações paralelas. A segunda decisão dizia respeito à necessidade de ampliar o tamanho do grupo. A estratégia escolhida para este fim foi a tentativa de formar núcleos de trabalhadores da construção nos bairros populares.

(ii) O grupo como oposição sindical: 1982 - 86

Em 1982, o grupo se formalizou com um grupo de oposição e começou a se estruturar para enfrentar a eleição marcada para o final do ano seguinte. O núcleo mais estável se compunha de 10 a 12 membros, entre os quais somente um trabalhava numa firma grande. Os outros ou trabalhavam em outras obras privadas ou como biscateiros. O

grupo se identificava com o novo sindicalismo que tomava corpo no Brasil, adotando como ponto de partida a necessidade de recriar o sindicato a partir de sua base. Porém, a questão de como fazer isto, sendo oposição, era problemático.

De um lado, a direção do sindicato, há nove anos no poder, restringia ao mínimo o espaço para o grupo propagar suas idéias dentro do sindicato. Só se convocava assembleias quando os estatutos exigiam. E na medida em que a oposição se revelava como possível ameaça à situação, então esse espaço se diminuía ainda mais. Neste sentido, esta primeira fase da luta da oposição se deu largamente fora do espaço do sindicato, fato esse que teve conseqüências negativas para o grupo. Seria no confronto direto entre situação e oposição que o operário comum teria como avaliar as posições adotadas pelos dois grupos. De outro lado, as ligações da oposição com a igreja e instâncias associativas da sociedade civil lhe dava acesso a estruturas e outras redes organizativas existentes. Era um espaço em que o grupo já era conhecido, e constituía um ambiente amigo e simpatizante. A alternativa seria a de tentar penetrar nos canteiros de obra para chegar ao operário. As grandes firmas representavam um ambiente hostil, onde membros da oposição se sentiam amedrontados pelas figuras do mestre-de-obras, engenheiro, e patrão. A opção pela estratégia comunitária, compreensível nas circunstâncias, impunha severos limites à abrangência da campanha e ao contato da oposição com uma boa parte da categoria - os serventes alojados nas obras. Na realidade, a composição do grupo - todos profissionais - sugere uma identificação mais forte nesta fase como os seus co-profissionais que com os serventes.

Na falta de um contato mais próximo com os largos segmentos da categoria não atingidos diretamente, a oposição optou pela criação de um boletim. Depois de muita discussão, decidiu-se pelo nome "Zé Pião". Através da adoção deste título, a oposição visava estabelecer a sua relação, como trabalhadores da construção, com os companheiros da categoria. Também, através da escolha do nome "Pião", o grupo objetiva resgatar um termo pejorativo ou até abusivo para imbuí-lo de um novo conteúdo - consciência da importância do trabalho desempenhado por todos os trabalhadores da indústria. Neste sentido, tentava quebrar as barreiras criadas pela organização do trabalho na construção, atribuindo um único nome ao trabalhador - de servente a mestre. Na prática, a aceitação não foi universal: criaram-se resistências que só foram sendo superadas na medida em que a oposição conseguia ganhar o respeito e a confiança da categoria nos anos seguintes.

Apesar de esforços heróicos nas últimas semanas de penetrar nos canteiros de obra, a oposição - registrada como Chapa 2, Zé Pião - perdeu as eleições de 1983. Inexperientes, sem recursos e assistência jurídica adequados, a oposição enfrentou um antigo presidente sindical compactuado com os patrões, a Delegacia Regional de trabalho (DRT), as Polícias Civil e Federal, com a máquina sindical a seus serviços, numa conjuntura política adversa.

As lições aprendidas nestes primeiros anos como oposição conscientizaram o grupo Zé Pião de uma série de questões que precisavam ser enfrentadas corretamente para garantir uma chance de vitória nas eleições de 1986. A experiência enfatizou, mais uma vez, a distância que existia entre o ideal do conceito "categoria" expressando unidade e interesses comuns e a realidade quando aplicada à indústria da construção civil. De um lado, a oposição descobriu que não era suficiente ser trabalhador para ser respeitado e votado: respeito e votos precisam ser conquistados. Neste sentido, estrategicamente para as eleições de 1986, a oposição centrou a sua campanha nos canteiros de obra ouvindo os problemas e as reivindicações dos trabalhadores e discutindo as suas propostas. Mas para o operário, conversa só não era suficiente: ele precisava de algo mais concreto. A campanha

da situação batia na mesma tecla, questionando a competência e capacidade de um "bando de peões" para administrar o sindicato e conduzir eficientemente os interesses da categoria.

A euforia da Nova República recém instalada, limpando os "entulhos autoritários" propiciou a revogação da lei 3437 que impunha estatutos e processos eleitorais padrões nos sindicatos. Isto forneceu a oportunidade da oposição de atacar em duas frentes: mostrar a sua capacidade de mobilizar e organizar grandes assembléias e de ser visto na frente da categoria confrontando a direção do sindicato. Desta vez a oposição conseguiu ocupar um espaço dentro do sindicato que lhe foi negado em 1983. De outro lado, o grupo Zé Pião, embora recebendo o apoio das organizações progressistas da igreja e se beneficiando das instâncias físicas da instituição, assumiu plenamente a sua identidade operária sindical. A estratégia comunitária foi abandonada em favor da campanha no local de trabalho. A importância desta escolha revela a compreensão do grupo da centralidade das relações sociais que se dão no local de trabalho para a construção da identidade operária.

A conjuntura política de 1986 era bem diferente da de 1983. Os empresários estavam mais preocupados com as eleições estaduais e federais do que com as eleições sindicais. A DRT se mostrava ansioso de reforçar a sua imagem de árbitro imparcial. A situação, além de ter escolhido um candidato para cabeça de chapa considerado fraco, também deu constantes sinais de sua distância da massa de trabalhadores. Nas visitas aos canteiros de obra, a situação preferia conversar com os técnicos de nível médio, os engenheiros e mestres-de-obras, a enfrentar os trabalhadores. Nas eleições de novembro, a oposição Chapa 2 - Zé Pião, ganhou com uma folgada margem de 1.098 votos contra 601 da situação.

(iii) O Sindicato Zé Pião: 1987 - 91

Apesar de sua vitória nas eleições, a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário estava lucidamente consciente de que se o grupo quisesse colocar em prática a sua proposta de um novo sindicalismo criado a partir da participação da base da categoria, a sua tarefa estava ainda no início. Não obstante os seus esforços como oposição para levar esta discussão à categoria, o grupo sabia que, de um lado, o papel de direção se constituía em um papel bem mais complexo do que o de oposição, e, de outro, que as características inerentes à categoria: - os altos índices de rotatividade, a rígida diferenciação hierárquica, os baixos níveis de escolaridade formal de uma grande maioria da categoria, etc. - se apresentavam como sérios obstáculos à criação de uma identidade profissional comum que formaria a base de um sindicato combativo forte. Além disso, a direção enfrentou uma categoria que se sentia abandonada, um sentimento constantemente reforçado pela prática da direção anterior. Durante os 12 anos que o antigo presidente ocupou o cargo não se organizou nenhum movimento reivindicatório. Na verdade, desde a fundação do Sindicato em 1934, não há notícia de greve da categoria.

A partir destas constatações, a direção elaborou uma estratégia cuja peça fundamental era a visita às obras. A visita aos canteiros de obra se constituía (e constitui) o momento de intercâmbio, de discussão, de ouvir as dificuldades e queixas da categoria, de sentir a sua disposição de luta. Nos últimos 5 anos vem se mantendo uma média mensal de entre 70 e 100 visitas. Para permitir que a direção - nestes cinco anos três membros liberados a tempo integral - se dedicasse ao trabalho fundamental do sindicato, foi necessário resolver a questão da administração do sindicato: uma máquina que

freqüentemente engole os quadros, por mais combatividade a que se proponham. Num primeiro momento, a direção precisou apreender e dominar os processos burocráticos-administrativos do sindicato. Paralelamente se foi formando uma equipe de funcionários, para, num momento, assumir a condução quotidiana da instituição.

As relações com o sindicato patronal - o SINDUSCON - e os empresários em geral se caracterizaram como outro ponto nevrálgico na luta da direção Zé Pião. No início, o SINDUSCON, acostumado depois de longos anos de ter um colaborador-mor na frente do Sindicato dos trabalhadores - lembre-se, de passagem, que o antigo presidente era vogal patronal na Justiça de Trabalho - só se relacionava com a nova direção através de seu advogado quando necessário, mesmo durante as primeiras greves da categoria em 1987 organizadas e articuladas pelo sindicato profissional. A disposição do sindicato patronal em negociar frente-a-frente com a direção Zé Pião foi conquistada a partir do reconhecimento do primeiro, da capacidade do segundo de mobilizar a categoria, de se impor e de se fazer respeitado. Evidentemente a capacidade da diretoria de mobilizar a categoria passava pela questão da construção de uma identidade coletiva.

Semelhantemente, o direito da direção de representar legitimamente os interesses da categoria dependia de sua sensibilidade em entender e articular os mesmos e de traduzi-los em propostas a serem negociadas. Da mesma forma em que a direção Zé Pião teve de fazer-se respeitar pelos empresários do ramo, também teve de conquistar o direito de ser respeitado pela categoria. Esta conquista se dava (e se dá porque se constitui um processo contínuo) na medida em que a direção demonstrava a sua capacidade de enfrentar, de igual para igual, os padrões. Nos anos 1987 a 1990, o sindicato Zé Pião se viu forçado a recorrer a greve sete vezes. Mesmo não saindo vitorioso em todas sete, as greves serviram para um sentido de união e coletividade nos trabalhadores da categoria, ostensivamente ausente nos anos anteriores a 1986.

A estes aspectos mais internos da relação entre os sindicatos, e entre categoria e sindicato profissional, acrescenta-se um aspecto mais externo - um novo respeito conquistado junto à sociedade civil em geral e fortemente refletido nos meios locais de comunicação de massa - rádio, jornais e televisão. O sindicato se tornou notícia e seus dirigentes foram freqüentemente procurados para dar entrevistas e participar de seminários, painéis, mesas-redondas, etc. organizados pelo DRT, pela Universidade, por outros sindicatos, etc. Na discussão da Constituição Estadual sobre a questão da verticalização da orla marítima, por exemplo, uma extensa nota preparada pelo sindicato e seus assessores foi publicada em todos os jornais locais, contribuindo para mudar substancialmente o rumo/teor do debate até então. Esta nova imagem pública e positiva do sindicato contribuiu para solapar a auto-imagem negativa até então prevalente particularmente entre os serventes. O novo respeito pelo sindicato foi refletido num crescente sentido de auto-respeito entre os seus membros.

A questão da dignidade do trabalhador, sua condição humana como operário e seus direitos e necessidades como ser humano e cidadão, são refletidas na crescente abrangência das lutas do sindicato. Inicialmente, bastante presa à questão salarial numa indústria em que o nível salarial também refletia o valor social atribuído ao trabalho, o sindicato foi aos poucos incluindo outras reivindicações na pauta. Entre elas, questões ligadas à segurança no trabalho e às condições de trabalhos predominavam. A indústria da construção já se estabeleceu faz anos como campeã de acidentes de trabalho: João Pessoa ocupa o 6º lugar entre as capitais das que mais acidentam trabalhadores. Tal o nível subumano prevalece num grande número de firmas, o sindicato precisou reivindicar, por exemplo, o

fornecimento gratuito pela firma de EPIS, a observação mínima de normas de segurança (frequentemente já estabelecidas nas leis), a provisão de água filtrada e copos descartáveis nos canteiros, a provisão de camas ou redes nos alojamentos para substituir as tábuas velhas e sacos de cimento onde os trabalhadores dormiam, a construção de sanitários e banheiros adequados, etc.

Na última negociação coletiva de novembro/90, depois de discutido nos canteiros, a diretoria decidiu incluir novas preocupações na pauta. Primeiro, em relação à segurança, decidiu-se avançar no sentido de garantir um espaço dentro do horário de trabalho para discutir esta questão com a força de trabalho (Cláusula 26ª - **Da Instrução e Treinamento**). Segundo, levantou-se o direito à formação profissional do trabalhador da construção civil. Tentou-se garantir o direito do trabalhador de participação de cursos de iniciação profissional, cursos de aperfeiçoamento ou de reciclagem profissional durante o horário de trabalho, sem prejuízo de sua remuneração normal (Cláusula 25ª - **Da Formação Profissional**). Finalmente, decidiu-se formalizar um aspecto de uma preocupação que perpassa a história do grupo Zé Pião desde seus dias como oposição - a educação:

Cláusula 24ª - Da Educação Básica do Trabalhador

As empresas com mais de 20 (vinte) trabalhadores alojados fornecerão no canteiro de obra as condições físicas (quadro de giz, carteira, iluminação e ventiladas adequadas, etc.), necessárias para a implantação de cursos de alfabetização e/ou educação básica.

É neste espaço concedido invejosamente pelo Sindicato Patronal que se está criando a Escola Zé Pião.

Bibliografia:

IRELAND, Timothy D. (1988) **Adult Education and Trade Unionism in Northeast Brazil - A Study of a Practice of Popular Education**, Tese de Ph.D., Universidade de Manchester, Inglaterra.

LAT/DEP (1988) **Pesquisa de Conhecimento da Categoria Representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de João Pessoa**, (mimeo).

MINAYO, Maria Cecília de S. (1987) "Olhando através dos andaimes e tapumes" in **Proposta 33, FASE**: Rio de Janeiro.

MORICE, Alain (1989) **Restruturação Política do Mercado Habitacional e Rotatividade da Mão-de-obra na Construção Civil em João Pessoa (PB)**, Mestrado em Ciências Sociais/UFPB, Série Debates (mimeo).